



PLANO DE SAÚDE

*Sim para a vida*

Relatório Anual 2011



CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS  
EMPREGADOS DO SISTEMA BESC E  
CODESC, DO BADESC E DA FUSESC

Rua Dom Jaime Câmara, 217, Centro  
CEP 88015-120 - Florianópolis, SC  
Central de Atendimento:  
0800 48 3000 (ligação gratuita)  
alofusesc@fusesc.com.br

## CONSELHO DELIBERATIVO

### Efetivos

Mauro Luiz de Oliveira (Presidente)  
Ademar de Oliveira  
Maria Teresa Crippa Ribeiro Flores  
Maurício Vicente de Barros  
Milton Augustini  
Patrícia de Carvalho Kuersten Neves

### Suplentes

Edison Silva de Orleans  
Fernanda de Figueiroa Freitas Neves  
José Manoel de Oliveira  
Pedro Bramont  
Raul Ferreira  
Volnei Tarcio Souza

## DIRETORIA EXECUTIVA

Vânio Boing (Dir. Superintendente)  
Bruno José Bleil (Dir. Administrativo e  
Assistencial)  
Marcos Anderson Treitinger (Dir.  
Financeiro)

## CONSELHO FISCAL

### Titulares

Renê Osvaldo Haendchen (Presidente)  
José Luciano Silva  
Ricardo Bayer Battistotti  
Robson Eduardo Amorim

### Suplentes

José Carlos Mantovani  
José Luciano Silva  
Julio Cesar Correa Burigo

Esta publicação foi revisada pela Área de  
Comunicação da FUSESC  
Edição concluída em 28/03/2012

## PRODUÇÃO

### Quorum Comunicação

Texto: Gastão Cassel (DRT/RS 6166)  
Projeto Gráfico: Audrey Schmitz  
Schveitzer

# Sumário

Equilibrar o plano de saúde é o grande desafio	5
Resultados indicam necessidade de reequilibrar o SIM	6
“Inflação médica” desafia planos de saúde	7
Provisionamento para a receita Federal impacta os resultados do SIM	7
Diferença de contribuições com principal patrocinadora está próxima da solução	8
Adaptado à legislação, SIM separa sua operação da Fusesc	9
Mudanças no custeio e novo plano para agregados aguardam anuência das patrocinadoras	10
Convênios de reciprocidade de atendimento já estão operando	11
Relatório anual de informações 2011	13
1. Balanço Patrimonial	14
2. Demonstração de Resultados	15
3. Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC	16
4. Demonstração das Mutações do Patrimônio Social	17
5. Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis	18
6. Relatório de Auditoria Nº 012/2012	28
7. Demonstrações Contábeis do Exercício	41



# Equilibrar o plano de saúde é o grande desafio

Ter a disposição um bom plano de saúde é indispensável para a qualidade de vida e tranquilidade das famílias de nossos tempos. Instituições como o SIM – Plano de Saúde asseguram assistência médica, hospitalar e odontológica, além de exames e tratamentos, sem que as finanças familiares se desestabilizem. Ou seja, o plano mostra o seu valor na hora da necessidade.

Planos de Autogestão por grupo familiar como o SIM tem ainda o benefício da cobrança de manutenção por percentual por unidade familiar e a não existência de reajustes por faixa etária. Isto resulta em uma solução mais barata do que as ofertas do mercado.

O SIM segue cumprindo rigorosamente seu

papel de oferecer atendimento de saúde de qualidade, mas enfrenta algumas dificuldades financeiras para manter o equilíbrio entre suas despesas e suas receitas. Se as despesas tendem sempre a crescer por conta do próprio desenvolvimento de novas tecnologias médicas, as receitas seguem limitadas à contribuição das patrocinadoras e associados, acréscimos de suas coparticipações.

Há dois anos seguidos a soma das despesas, principalmente com gastos para pagamento da rede médica/odontológica, supera a das receitas. Esta situação precisa ser revertida para que a longevidade do plano não seja ameaçada. A Diretoria do SIM vem trabalhando

do incansavelmente para equacionar esta situação que envolve desde contraditórios com órgãos do governo (como a Receita Federal, por exemplo) até diferenças de contribuições com patrocinadora.

A segregação efetiva do SIM com relação à Fusesc é uma das medidas que, além de atender a demandas oficiais, aponta para um modelo de gestão sustentável e equilibrada do plano.

Os números apontados neste relatório revelam a situação financeira que inspira cuidados, mas também demonstra que o SIM continua cumprindo sua missão e oferecendo serviços de qualidade.

Boa leitura.

*Diretoria Executiva*

Instituições como o SIM – Plano de Saúde asseguram assistência médica, hospitalar e odontológica, além de exames e tratamentos, sem que as finanças familiares se desestabilizem.

# Resultados indicam necessidade de reequilibrar o SIM

Os números do balanço do SIM de 2011 demonstram que há um desequilíbrio entre as receitas e despesas do plano. Em 2011 o total de despesas foi de R\$ 30,45 milhões contra uma receita de R\$ 27,54 milhões.

A situação alerta para a necessidade de várias medidas que já estão sendo tomadas há algum tempo. Há fatores econômicos, es-

truturais e institucionais que estabelecem esta situação.

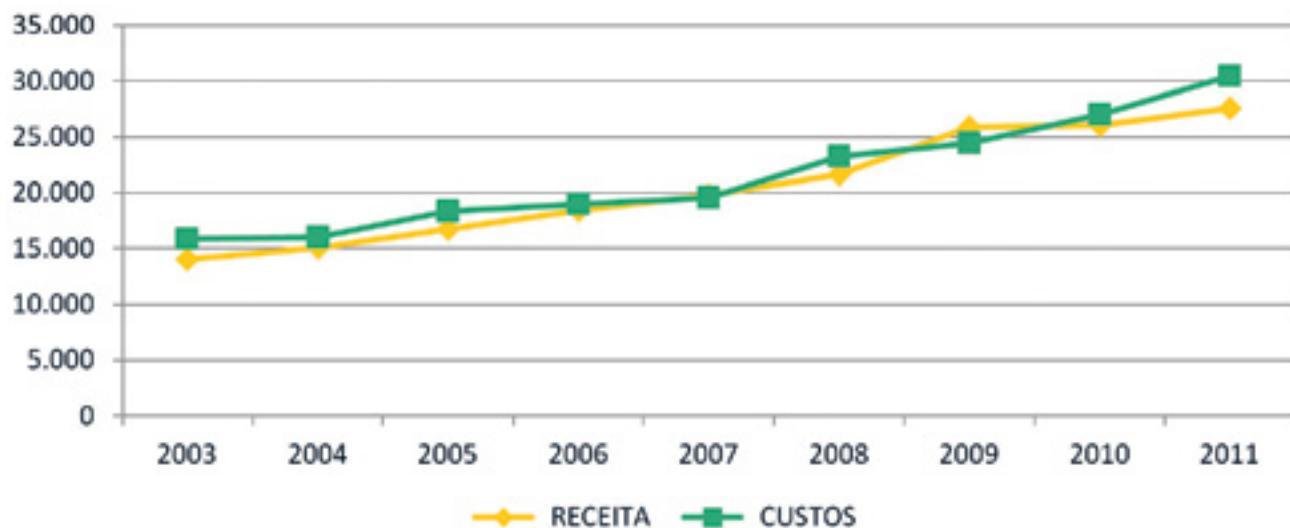
Evidente que a constante elevação dos custos de procedimentos médicos e odontológicos se impõe como uma das causas do desequilíbrio entre receita e despesas. Mas provisionamentos feitos ao órgão governamental (discutidos juridicamente) e valores a receber da patrocinadora

Banco do Brasil (ex-Besc) também concorrem para resultados indesejados.

Há fatores econômicos, estruturais e institucionais que estabelecem esta situação.

A constante elevação dos custos de procedimentos médicos e odontológicos se impõe como uma das causas do desequilíbrio entre receita e despesas.

Evolução de receita e custo (em R\$ milhões)



# “Inflação médica” desafia planos de saúde

A medicina de hoje é incomparável a que tínhamos há 26 anos, quando foi criado o SIM – Plano de Saúde. O desenvolvimento tecnológico trouxe tratamentos mais eficazes, mais confortáveis e mais seguros. Isto sem falar das facilidades em termos de diagnósticos que permitem percepção precoce de enfermidades. Doenças tidas como letais há algumas décadas passaram a ser tratadas com relativa facilidade oferecendo, quando não a cura, muita qualidade de vida aos portadores de inúmeras moléstias.

Claro que esta evolução tem custos. Esta nova medicina baseada em alta tecnologia estabeleceu novos parâmetros de valores para tratamentos e diagnósticos. A quantidade de procedimentos, exames e terapias que foram somados às coberturas de planos de saúde é enorme, e isto alavancou seus custos e as despesas.

Características peculiares ao SIM fazem com que hoje a maioria de seus associados tenha mais idade. O longo tempo em que as patrocinadoras não contrata-

ram novos funcionários fez com que a nossa média de idade dos usuários aumentasse, o que significa uso mais sistemático do plano e aumento consistente das despesas. Mesmo assim o SIM tem honrado seu compromisso de oferecer atendimento de qualidade.

Mas há problemas que não afetam apenas o SIM.

Os aumentos relativos a custeio médico são bastante superiores à inflação em geral. Em 2011 os serviços de saúde tiveram aumentos duas vezes superiores aos demais itens do mercado. Certamente a sofisticação de equipamentos e medicamentos compõe esta variação, mas atinge em cheio os planos de saúde.

## Provisionamento para a Receita Federal impacta os resultados do SIM

O SIM ainda aguarda decisão judicial sobre a exigência da Receita Federal de valores pretensamente devidos a título de contribuição previdenciária incidente sobre os valores pagos às cooperativas de trabalho – Unimed e Uniodonto – pelos serviços médicos e odontológicos prestados, no período compreendido entre janeiro de 2005 a dezembro de 2007. Enquanto isso, prudentemente, provisiona-se recursos para fazer frente a esta situação.

Em 2011, com a alteração da metodologia de cálculo para contribuições sociais, realizou-se o provisionamento de R\$ 1.185.621,00 com conseqüente depósitos judiciais.

Os valores provisionados impactam o patrimônio do plano e também compõem o cenário de desequilíbrio financeiro.

# Diferença de contribuições com principal patrocinadora está próxima da solução

Em setembro de 2008 as contribuições mensais do SIM – Plano de Saúde sofreram um reajuste de 13,81%, aplicado com base em estudos atuariais, que apontaram a necessidade do ajuste para atender novas exigências legais da ANS (Agência Nacional de Saúde) e manter o equilíbrio financeiro do plano.

O aumento do percentual foi aprovado pelo Conselho Deliberativo do plano e aplicado para os associados

e as patrocinadoras Badesc, Codesc, Fuscsc e Bescor.

O Banco do Brasil, que na época estava realizando o processo de incorporação do BESC e veio a tornar-se a maior patrocinadora da Fundação e do SIM, ainda não aplicou o referido reajuste.

Foram realizadas reuniões entre o BB e o SIM para promover o equacionamento dessa pendência. O Banco solicitou novas avaliações atuariais, que já foram feitas e entregues.

Dessa forma, continuamos promovendo esforços junto à patrocinadora Banco do Brasil para efetivar a resolução dessa situação.

**Continuamos promovendo esforços junto à patrocinadora Banco do Brasil para efetivar a resolução dessa situação.**

## SIM atende 22.202 vidas

SIM CAIXA DE ASSISTÊNCIA - PLANO SIM			
Patrocinadora	Titulares	Dependentes	Total
Ativos	2.477	3.211	5.688
Mantenedores	213	382	595
Pensionistas	410	96	506
Aposentados	4.425	5.743	10.168
<b>TOTAIS</b>	<b>7.525</b>	<b>9.432</b>	<b>16.957</b>
SIM Caixa de Assistência - Outras Vidas Atendidas pela Caixa			
Agregados (SIMEF)	-	3.944	3.944
Reciprocidade CASSI	-	-	-
Reciprocidade CABESP/CABERJ	719	582	1.301
<b>TOTAIS</b>	<b>719</b>	<b>4.526</b>	<b>5.245</b>
SIM Caixa de Assistência - Total de Vidas Atendidas pela Caixa			
<b>TOTAL GERAL</b>			<b>22.202</b>

Dados referentes a 31 de dezembro de 2011

# Adaptado à legislação, SIM separa sua operação da Fusesc

A Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) encaminhou à Fusesc no mês de novembro de 2010 um ofício no qual enfatizava a necessidade de ter claramente separadas as atividades que envolvem a Fusesc e o SIM, já que cada empresa possui finalidades totalmente diferentes. A Fusesc tem como finalidade instituir e executar planos de benefícios de caráter previdenciário, e a Caixa de Assistência dos Empregados dos sistemas Besc (BB) e Codesc, do Badesc e da Fusesc – SIM tem como finalidade operar planos privados de assistência à Saúde.

Em razão dessa exigência legal, desde então foi estabelecido um cronograma de ações para promover a

completa segregação das duas entidades. A mudança, no entanto, não alterou nada para os associados. Os planos continuam exatamente como estavam, com as mesmas coberturas, os mesmos serviços disponíveis e o mesmo padrão de atendimento. O SIM continua sediado no primeiro andar do edifício sede da Fusesc.

O que mudou então? Agora o pessoal que era compartilhado com as duas entidades, por exemplo, está contratado pela pessoa jurídica do SIM. Todo o processo administrativo e gerencial está separado da Fusesc. Conforme o Estatuto, os dirigentes continuam sendo os mesmos da Fusesc.

“Estamos aproveitando a segregação para melhorar nossos processos”, explica

Leandro José João, Gerente do SIM – Plano de Saúde. Ele explica que os critérios de custeio estão sendo avaliados para adequar-se às regras da ANS – Agência Nacional de Saúde e que a criação em breve de uma rede própria de prestadores de serviço que atuará paralelamente à Unimed vai melhorar a disponibilidade de serviços e diminuirá custos.

Outra mudança que está sendo promovida no contexto da segregação é a ampliação dos convênios de reciprocidades com outras entidades assistenciais como a Cassi, Caberj, Cabesp e Fundação Itaú, que ampliam a rede de atendimento para os usuários quando estiverem fora do Estado e revertem alguma receita para o plano.

## Coparticipação nos custos é em média 17%

TIPO	CONSULTAS	EXAMES	INTERNAÇÕES	TERAPIA	ODONTOLOGIA	TOTAL
<b>Total Bruto</b>	3.985.900	7.922.574	1.100.537	15.933.257	1.173.309	30.115.577
<b>Participação</b>	1.979.518	1.350.942	139.619	978.423	613.546	5.062.049
<b>Custeio SIM</b>	2.006.382	6.571.632	960.918	14.954.834	559.763	25.053.529
<b>% Participação</b>	<b>50%</b>	<b>17%</b>	<b>13%</b>	<b>6%</b>	<b>52%</b>	<b>17%</b>

# Mudanças no custeio e novo plano para agregados aguardam anuência das patrocinadoras

Os novos planos de custeio do SIM, que vão enquadrá-lo nas exigências da Agência Nacional de Saúde foram elaborados após intensos estudos atuariais e jurídicos e só aguardam a aprovação das patrocinadoras para serem implementados. A nova situação torna o plano mais seguro e equilibrado.

A implantação do novo plano para agregados, o SIM Família também aguarda manifestação das patrocinadoras para que possa ser definitivamente registrado junto à ANS e iniciar a operacionalização. O novo plano vai trazer a possibilidade de inclusão de agregados em diversos graus de parentesco, conforme divulgado no Informativo do SIM.

O novo plano vai trazer a possibilidade de inclusão de agregados em diversos graus de parentesco, conforme divulgado no Informativo do SIM.

Mais de 160 mil procedimentos entre consultas, exames, internações e terapias foram realizados em 2011 pelos associados do SIM.

## Procedimentos foram realizados em 2011

SERVIÇOS*	Total
Consultas médicas	26.913
Exames laboratoriais	88.149
Raio x, exames de imagem e cardiol.	12.595
Maternidade (parto)	26
Internações hospitalares	1.237
Internações clínicas	1.394
Atendim. ambul. e pronto socorro	523
Terapias	18.177
Odontologia	11.816
<b>TOTAL</b>	<b>160.830</b>

\*Fonte: relatório SIP 1º, 2º, 3º e 4º trimestres de 2011

# Convênios de reciprocidade de atendimento já estão operando

Desde janeiro estão operando os atendimentos através do Convênio de Reciprocidade firmado entre o SIM – Plano de Saúde e a Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil – CASSI, a exemplo dos outros convênios já existentes com Caberj, Cabesp e Fundação Itaú.

Os convênios são parceria entre as instituições de autogestão para proporcionar aos usuários de determinada região acesso à rede prestadora de serviços de saúde do outro convênio, nos casos em que existam

dificuldades de atendimento pela rede de seu plano.

A parceria realizada entre SIM e CASSI contempla as seguintes regiões:

- O acesso a Rede da CASSI para os associados SIM residentes exclusivamente em Distrito Federal, Mato Grosso, Mato Grosso Do Sul, Minas Gerais e Paraná, através de cartão específico emitido pela CASSI.

- O acesso a Rede SIM/Unimed para os associados da CASSI residentes exclusivamente nas regiões de Concórdia, Chapecó e Joa-

çaba, através de cartão específico emitido pelo SIM.

Todos os associados do SIM continuarão com acesso à Rede Unimed em todo país, ressaltando que não há qualquer mudança no plano do SIM, como coberturas, coparticipações e demais regras previstas no Regulamento.

**Todos os associados do SIM continuarão com acesso à Rede Unimed em todo país.**

**As parcerias proporcionam aos usuários de determinada região acesso à rede prestadora de serviços de saúde do outro convênio, nos casos em que existam dificuldades de atendimento pela rede de seu plano.**





*Sim para a vida*

**RELATÓRIO ANUAL  
DE INFORMAÇÕES 2011**

# 1. Balanço Patrimonial

Caixa de Assistência dos Empregados dos Sistemas Besc e Codesc, do Badesc e da Fusesc - SIM  
CNPJ 79.831.608/0001-18 / ANS nº 356476

Em R\$ 1,00

	2011	2010		2011	2010
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>10.130.774</b>	<b>11.799.952</b>	<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>7.573.418</b>	<b>6.816.845</b>
Disponível	3.127	168.759	Provisões Técnicas de Oper. Assist. à Saúde	4.934.763	4.401.103
			Provisão de Benefícios Concedidos	120.281	133.788
Realizável	10.127.647	11.631.193	Provisão de Eventos a Liquidar	3.208.685	2.933.470
Aplicações	7.776.702	9.644.123	Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados	1.605.797	1.333.845
Créditos de Operaç.com Planos Assist. à Saúde	1.800.219	1.581.761	Débitos de Oper. de Assist. à Saúde	35.309	41.975
Contraprestação Pecuniária a Receber	1.001.916	830.648	Débitos de Oper. de Assist. à Saúde Não Relac. Com		
Taxa de Administração de Plano a Receber	-	8.237	Planos Saúde da Operadora	1.344.126	1.232.004
Outros Créditos de Oper. Com Planos Assist. Saúde da Operadora	798.303	742.876	Tributos e Encargos Sociais a Recolher	206.317	28.356
Créditos de Oper. De Assist. à Saúde Não Relac. Com			Débitos Diversos	1.052.903	1.113.407
Planos Saúde da Operadora	453.046	292.920			
Títulos e Créditos a Receber	97.680	112.389			
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>1.477.188</b>	<b>184.951</b>	<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>9.263.450</b>	<b>7.287.076</b>
Realizável a Longo Prazo	1.385.878	151.306	Exigível a Longo Prazo	9.263.450	7.287.076
Valores e Bens	1.385.878	151.306	Provisões Técnicas de Oper. Assist. à Saúde	483.830	409.113
Imobilizado	59.021	17.322	Provisões	8.779.620	6.877.963
Bens Móveis - Não Hospitalares/Não Odontolog.	55.391	9.196			
Outras Imobilizações - Não Hospit/Não Odontolog.	3.630	8.126	<b>PASSIVO A DESCOBERTO</b>	<b>(5.228.905)</b>	<b>(2.119.018)</b>
Intangível	32.289	16.323	Patrimônio Social	(5.228.905)	(2.119.018)
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>11.607.962</b>	<b>11.984.903</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>11.607.962</b>	<b>11.984.903</b>

Vânio Boing  
Diretor Superintendente  
CPF Nº 433.085.709-04

Marcos Anderson Treitinger  
Diretor Financeiro  
CPF Nº 003.632.389-64

Bruno José Bleil  
Diretor Administrativo e Assistencial  
CPF Nº 426.033.079-91

Lilian Cristiane Hochsteiner  
Contadora CRC/SC - 015.826/O-4  
CPF Nº 538.207.979-04

Rodarte Nogueira - Consultoria em  
Estatística e Atuária  
CIBA 70

## 2. Demonstração de Resultado

Caixa de Assistência dos Empregados dos Sistemas Besc e Codesc, do Badesc e da Furesc - SIM  
CNPJ 79.831.608/0001-18 / ANS nº 356476

Em R\$ 1,00

	2011	2010
<b>Contraprestações Efetivas de Plano de Assistência à Saúde</b>	<b>27.406.888</b>	<b>26.465.913</b>
Contraprestações Líquidas	27.543.091	26.065.515
Variação das Provisões Técnicas	(136.203)	290.675
Receita com Administração de Planos de Assistência à Saúde	-	109.723
<b>Eventos Indenizáveis Líquidos</b>	<b>(24.918.675)</b>	<b>(23.323.937)</b>
Eventos Conhecidos ou Avisados	(29.975.738)	(27.976.943)
Recuperação de Eventos Conhecidos ou Avisados	5.329.015	5.185.510
Outras Recuperações/Ressarcimentos/Deduções de Eventos	-	-
Variação da Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados	(271.952)	(532.504)
<b>RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE</b>	<b>2.488.213</b>	<b>3.141.976</b>
Outras Receitas Operacionais de Assistência à Saúde Não Relac. C/Pl. de Saúde da Operad.	3.014.516	2.522.802
Outras Despesas Operacionais de Assistência à Saúde Não Relac. C/Pl. de Saúde da Operad.	(2.887.881)	(2.522.802)
<b>RESULTADO BRUTO</b>	<b>2.614.848</b>	<b>3.141.976</b>
Despesas Administrativas	(3.559.463)	(8.821.028)
Outras Receitas Operacionais	979.712	314.004
<b>Outras Despesas Operacionais</b>	<b>(3.140.590)</b>	<b>(3.417.817)</b>
Provisão para Perdas Sobre Créditos	(895.499)	(1.320.241)
Provisão para Perdas Contingências - Operacional	300	(291)
Outras	(2.245.391)	(2.097.285)
<b>Resultado Financeiro Líquido</b>	<b>(4.394)</b>	<b>656.327</b>
Receitas Financeiras	815.914	826.733
Despesas Financeiras	(820.308)	(170.406)
<b>Resultado Patrimonial</b>	-	326
Receitas Patrimoniais	-	326
Despesas Patrimoniais	-	-
<b>RESULTADO LÍQUIDO</b>	<b>(3.109.887)</b>	<b>(8.126.212)</b>

Vânio Boing  
Diretor Superintendente  
CPF Nº 433.085.709-04

Marcos Anderson Treitinger  
Diretor Financeiro  
CPF Nº 003.632.389-64

Bruno José Bleil  
Diretor Administrativo e Assistencial  
CPF Nº 426.033.079-91

Lilian Cristiane Hochsteiner  
Contadora CRC/SC - 015.826/O-4  
CPF Nº 538.207.979-04

Rodarte Nogueira - Consultoria em  
Estatística e Atuária  
CIBA 70

# 3. Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC

Caixa de Assistência dos Empregados dos Sistemas Besc e Codesc, do Badesc e da Funesec - SIM  
CNPJ 79.831.608/0001-18 / ANS nº 356476

Em R\$ 1,00

	2011	2010
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
(+) Recebimento de Planos de Saúde	44.993.642	42.865.512
(+) Resgates de Aplicações Financeiras	49.059.969	42.160.261
(+) Recebimento de Juros de Aplicações Financeiras	140.132	102.134
(+) Outros Recebimentos Operacionais	3.071.779	2.807.582
(-) Pagamento a Fornecedores/Prestadores de Serviço de Saúde	(44.134.220)	(41.320.878)
(-) Pagamento de Pessoal	(1.533.485)	(1.302.872)
(-) Pagamento de Serviços de Terceiros	(401.770)	(322.231)
(-) Pagamento de Tributos	(1.435.321)	(375.187)
(-) Pagamento de Contingências	(2.750)	(11.779)
(-) Pagamento de Aluguel	(98.364)	(81.692)
(-) Aplicações Financeiras	(46.747.279)	(42.020.000)
(-) Outros Pagamentos Operacionais	(3.009.607)	(2.550.816)
Caixa Líquido das Atividades Operacionais	(97.274)	(49.966)
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>		
(+)Recebimento de Venda de Ativo Imobilizado - Outros	4.496	-
(-) Pagamento de Aquisição de Ativo Imobilizado - Outros	(50.770)	(2.790)
(-) Pagamento Relativo ao Ativo Intangível	(22.083)	
Caixa Líquido das Atividades de Investimentos	(68.357)	(2.790)
<b>VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA</b>	<b>(165.631)</b>	<b>(52.756)</b>
CAIXA - Saldo Inicial	168.759	221.515
CAIXA - Saldo Final	3.128	168.759
Ativos Livres no Início do Período	7.997.981	7.835.156
Ativos Livres no Final do Período	5.100.151	7.997.981
<b>AUMENTO/DIMINUIÇÃO NAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS - RECURSOS LIVRES</b>	<b>(2.897.830)</b>	<b>162.825</b>

Vânio Boing  
Diretor Superintendente  
CPF Nº 433.085.709-04

Marcos Anderson Treitinger  
Diretor Financeiro  
CPF Nº 003.632.389-64

Bruno José Bleil  
Diretor Administrativo e Assistencial  
CPF Nº 426.033.079-91

Lilian Cristiane Hochsteiner  
Contadora CRC/SC - 015.826/O-4  
CPF Nº 538.207.979-04

Rodarte Nogueira - Consultoria em  
Estatística e Atuária  
CIBA 70

# 4. Demonstração das Mutações do Patrimônio Social (passivo a descoberto)

Caixa de Assistência dos Empregados dos Sistemas Besc e Codesc, do Badesc e da Fusesc - SIM  
 CNPJ 79.831.608/0001-18 / ANS nº 356476

Em R\$ 1,00

DISCRIMINAÇÃO	Patrimônio social	Superávits/déficits acumulados	Outros resultados abrangentes	TOTAL
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009</b>	<b>6.007.194</b>	-	-	<b>6.007.194</b>
Déficit do Exercício	-	(8.126.212)	(8.126.212)	(8.126.212)
Transferência p/ Patrimônio Social	(8.126.212)	8.126.212	-	-
<b>Resultado Abrangente Total</b>	-	-	<b>(8.126.212)</b>	-
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010</b>	<b>(2.119.018)</b>	-	-	<b>(2.119.018)</b>
Déficit do Exercício	-	(3.109.887)	(3.109.887)	(3.109.887)
Transferência p/ Patrimônio Social	(3.109.887)	3.109.887	-	-
<b>Resultado Abrangente Total</b>	-	-	<b>(3.109.887)</b>	-
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011</b>	<b>(5.228.905)</b>	-	-	<b>(5.228.905)</b>

Vânio Boing  
 Diretor Superintendente  
 CPF Nº 433.085.709-04

Marcos Anderson Treitinger  
 Diretor Financeiro  
 CPF Nº 003.632.389-64

Bruno José Bleil  
 Diretor Administrativo e Assistencial  
 CPF Nº 426.033.079-91

Lilian Cristiane Hochsteiner  
 Contadora CRC/SC - 015.826/O-4  
 CPF Nº 538.207.979-04

Rodarte Nogueira - Consultoria em  
 Estatística e Atuária  
 CIBA 70

# 5. Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Valores Expressos em R\$ 1,00)

Caixa de Assistência dos Empregados dos Sistemas Besc e Codesc, do Badesc e da Fusesc - SIM  
CNPJ 79.831.608/0001-18 / ANS nº 356476

## NOTA 01 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Caixa de Assistência dos Empregados dos Sistemas BESC e CODESC, do BADESC e da FUSESC - SIM, é uma Entidade de assistência social, organizada sob a forma de sociedade civil, sem fins lucrativos, constituída através de ato próprio em 30/set./1986, com o objetivo de proporcionar a seus associados e dependentes inscritos, assistência à saúde na forma e condições fixadas no seu estatuto e regulamento.

Possui como órgão regulador a Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS. No âmbito da ANS, a SIM está classificada como Operadora de Autogestão, regulamentada pela Resolução Normativa nº 137/07, da ANS e alterações posteriores.

A SIM possui Convênio de Adesão com as seguintes empresas patrocinadoras:

- Banco do Brasil S.A (Incorporadora do Banco do Estado de Santa Catarina S.A.– BESC);
- Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A. – BADESC;
- Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina – CODESC;
- Fundação Codesc de Seguridade Social – FUSESC;
- BESC S.A. Corretora de Seguros e Administradora de Bens – BESCOR;
- SIM – Caixa de Assistência dos Empregados dos Sistemas BESC e CODESC, do BADESC e da FUSESC.

## NOTA 02 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31/dez./2011 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações-Lei nº 6.404/76 alterada pelas Leis nos 11.638/07 e 11.941/09, nas normas estabelecidas pela ANS - Agência Nacional de Saúde, nos pronunciamentos, nas orientações e nas interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

A diretoria da entidade aprovou as demonstrações contábeis em 08/mar./2012, considerando os eventos subseqüentes ocorridos até esta data.

## NOTA 03 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Dentre os principais procedimentos adotados para a preparação das demonstrações, ressaltamos:

### a) Apuração do Resultado

O resultado do exercício é apurado de acordo com o regime de competência.

Os eventos indenizáveis são constituídos com base no valor das faturas apresentadas pela rede credenciada. Como parte dessas faturas não são apresentadas dentro do período da sua competência, os eventos ocorridos e não avisados são registrados mediante constituição de provisão.

#### **b) Caixa e Equivalentes de Caixa**

Caixa e equivalentes de caixa correspondem aos numerários disponíveis em caixa e em contas correntes bancárias de livre movimentação.

#### **c) Aplicações**

Os valores consignados na conta Aplicações representam as aplicações em Certificado de Depósito Bancário – CDB e em cotas de Fundos de Investimentos, e estão registrados pelos valores aplicados, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

Os saldos contábeis não excedem os valores de realização, visto que eventuais ajustes ao valor de mercado são realizados pelas Instituições administradoras dos fundos.

#### **d) Demais Ativos Circulantes e Não Circulantes**

Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos líquidos auferidos até a data do balanço. A provisão para perdas sobre créditos é constituída em valor que se estima suficiente para cobrir eventuais perdas na realização de contas a receber de clientes.

#### **e) Imobilizado**

Correspondem aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, a taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil fixada por espécie de bens, mencionadas na Nota Explicativa nº 9.

#### **f) Intangível**

Correspondem a direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

#### **g) Provisões Técnicas**

Constituídas com base na metodologia prevista na Resolução Normativa nº 209/09 ou metodologia diferenciada, consubstanciada em nota técnica atuarial, excetuando-se a provisão de eventos a liquidar que é calculada com base nas faturas de prestadores de serviços de assistência à saúde efetivamente recebidas pela operadora, conforme estabelecido pela ANS (vide Nota Explicativa nº 11).

#### **h) Passivos Circulantes e Não Circulantes**

Um passivo é reconhecido quando a empresa possui uma obrigação legal ou é constituído como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

### i) Estimativas Contábeis

As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas sobre créditos, provisões técnicas, estimativas do valor justo de determinados ativos e passivos, provisões para passivos contingentes, estimativas da vida útil de determinados ativos e outras similares. Os resultados efetivos podem ser diferentes dessas estimativas e premissas.

### NOTA 04 - DISPONÍVEL

Descrição	2011	2010
Caixa	-	1.464
Bancos - conta movimento	3.127	167.295
<b>TOTAL</b>	<b>3.127</b>	<b>168.759</b>

### NOTA 05 - APLICAÇÕES FINANCEIRAS

As aplicações financeiras mantidas pela Entidade são representadas por cotas de fundos de investimentos e certificado de depósito bancário - CDB, e estão avaliados ao seu valor justo.

Títulos	2011		2010	
	Custo	Mercado	Custo	Mercado
<b>Vinculadas a Provisões Técnicas</b>				
Cotas de Fundos de Investimentos	2.679.678	2.679.678	1.814.901	1.814.901
<b>Não Vinculadas a Provisões Técnicas</b>				
Cotas de Fundos de Investimentos	4.544.024	4.544.024	7.829.222	7.829.222
Depósitos Bancários a Prazo - CDB	553.000	553.000	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>7.776.702</b>	<b>7.776.702</b>	<b>9.644.123</b>	<b>9.644.123</b>

### NOTA 06 - CRÉDITOS DE OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

#### a) Contraprestações Pecuniárias

Descrição	2011	2010
Contraprestação Pecuniária Assistência Médica	3.668.039	2.696.923
Contraprestação Pecuniária Assistência Odontológica	236.911	184.362
( - ) Provisão para Perdas sobre Créditos	(2.903.034)	(2.050.637)
<b>TOTAL</b>	<b>1.001.916</b>	<b>830.648</b>

Do montante das Contraprestações a Receber estão apropriados os valores de R\$ 2.696.662 (R\$ 1.892.485, em 2010) de assistência médica, sendo R\$ 1.606.440 a parte da empresa e R\$ 1.090.222 dos associados e R\$ 191.163 (R\$ 143.452, em 2010) de assistência odontológica, respectivamente, devidos pelo Banco do Brasil face alteração em

setembro de 2008 do percentual de contribuição para a SIM, ainda não repassados pela Patrocinadora, sendo constituído 100% de PPSC dos valores apresentados.

**j) Outros Créditos de Operações Planos Assistência a Saúde da Operadora**

Descrição	2011	2010
Participação Beneficiários em Eventos Assist. Médica	822.970	740.360
Participação Benefic. em Eventos Assist. Odontológica	64.879	66.842
( - ) Provisão para Perdas sobre Créditos	(89.546)	(64.326)
<b>TOTAL</b>	<b>798.303</b>	<b>742.876</b>

**NOTA 07 - TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER**

O saldo deste grupo refere-se, principalmente, a valores a receber da Unimed proveniente de glosas.

**NOTA 08 - VALORES E BENS**

Representa os depósitos judiciais efetuados para fazer frente a reclamações trabalhistas, no montante de R\$ 165.600, (R\$ 151.306, em 2010) e para recolhimento de contribuição previdenciária incidente sobre as faturas das cooperativas médicas no montante de R\$ 1.220.278,.

Os valores registrados neste grupo estão atualizados pelo índice da poupança até a data do encerramento do exercício.

Os valores depositados correspondem às obrigações apuradas pela SIM, as quais foram devidamente reconhecidas a título de provisão.

**NOTA 09 - IMOBILIZADO**

Representam os bens necessários ao funcionamento da entidade, cuja movimentação no ano de 2011 e seus respectivos saldos são os seguintes:

Descrição	Taxas de depreciação ao ano (%)	2011			2010
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Instalações	10	1.146	(1.146)	0	0
Móveis e Utensílios	10	48.270	(21.738)	26.532	4.653
Máquinas e Equipamentos	10	21.298	(13.722)	7.576	288
Equipam. de Informática	20	39.445	(18.162)	21.283	4.255
Outras Imobilizações		3.630	-	3.630	8.126
<b>TOTAL</b>		<b>113.789</b>	<b>(54.768)</b>	<b>59.021</b>	<b>17.322</b>

Os valores do Imobilizado, na forma como são mantidos e conservados, estão sendo depreciados com taxas que avaliamos estar de acordo com o prazo de vida útil econômica dos bens.

A Entidade identificou que seus bens estão contabilizados por valor inferior àquele passível de ser recuperado por uso ou venda, não necessitando de ajustes ao valor recuperável neste exercício.

## NOTA 10 - INTANGÍVEL

Descrição	Taxas de amortização ao ano (%)	2011			2010
		Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
<b>Vida útil definida</b>					
Sistemas de Computação	20	82.166	(49.877)	32.289	25.112
<b>TOTAL</b>		<b>82.166</b>	<b>(49.877)</b>	<b>32.289</b>	<b>25.112</b>

## NOTA 11 - PROVISÕES TÉCNICAS

Descrição	2011			2010
	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Total	
Provisão para Remissão (i)	120.281	483.830	604.111	467.908
Provisão de Eventos a Liquidar (ii)	3.208.685	-	3.208.685	3.008.463
Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados - PEONA (iii)	1.605.797	-	1.605.797	1.333.845
<b>Total</b>	<b>4.934.763</b>	<b>483.830</b>	<b>5.418.593</b>	<b>4.810.216</b>

- i. Provisão para garantia das obrigações decorrentes das cláusulas contratuais de remissão das contraprestações pecuniárias e coparticipações referentes à cobertura de assistência à saúde firmada com os beneficiários da entidade e calculada por atuários independentes. Em 31/dez./2011, o montante constituído era de R\$ 604.111. Com a alteração ocorrida no Estatuto da entidade em 13/jul./2011 o benefício foi extinto, figurando como beneficiários somente os que já haviam adquirido o direito.
- ii. Provisão para garantia de eventos já ocorridos, registrados contabilmente e ainda não pagos. A RN ANS nº 209/09 determinou a constituição desta provisão a partir de 01/jan./2010, cujo registro contábil é realizado pelo valor integral informado pelo prestador ou beneficiário no momento da apresentação da cobrança às operadoras.

Descrição	2011	2010
Assistência Médico - Hospitalar	3.191.604	2.916.400
Assistência Odontológica	17.081	17.070
<b>TOTAL</b>	<b>3.208.685</b>	<b>2.933.470</b>

A Entidade também tem registrado nessa conta, eventos referentes a ressarcimentos de despesas médicas ao SUS, cujo montante está classificado no passivo circulante (R\$ 284.469).

- iii. Provisão para fazer frente ao pagamento dos eventos que já tenham ocorrido e que não tenham sido avisados, constituída com base em cálculo atuarial ou cálculo definido pela RN 274/11, a qual está registrada na proporção de 48/72 avos da constituição integral, e seria de R\$ 2.408.696.

Em 29/dez./2010 foi encaminhado Nota Técnica Atuarial para aprovação pela ANS de metodologia própria para o cálculo da PEONA.

## NOTA 12 - DÉBITOS DIVERSOS

A composição do saldo em 31/dez./2011 está assim representada:

Descrição	2011	2010
Obrigações com Pessoal	129.717	-
Fornecedores de Serviços	9.896	6.984
Programas Assist. e Cult. aos Participantes	899.328	776.891
Fundo de Assist. Preventiva à Saúde	250.605	249.808
Fundo para Asssit. à Saúde - Cabesc	648.723	527.083
Outros Débitos a Pagar	13.962	329.532
FUSESC	12.965	327.136
Outros	997	2.396
<b>TOTAL</b>	<b>1.052.903</b>	<b>1.113.407</b>

Os recursos dos Fundos Assistenciais são provenientes de fontes externas e se destinam, exclusivamente, para fazer frente às finalidades pelas quais foram constituídos.

Os valores devidos à FUSESC, no montante de R\$ 12.965 (R\$ 327.136, em 2010) decorrem de aluguel a pagar. O valor apresentado em 2010 refere-se a ressarcimento de custos com pessoal à disposição da SIM e rateio dos custos administrativos referentes ao mês de dezembro de 2010. A redução apresentada nos valores decorre da implantação de quadro próprio de empregados a partir de dez./2011 e segregação dos custos administrativos da FUSESC.

## NOTA 13 - PROVISÕES

Descrição	2011	2010
Reclamatórias Trabalhistas (i)	165.600	151.306
Tributárias (ii)	8.580.060	6.692.396
Outras Provisões (iii)	33.960	34.260
<b>Total</b>	<b>8.779.620</b>	<b>6.877.962</b>

A composição do saldo em 31/dez./2011 está assim representada:

**i. Reclamatórias Trabalhistas:**

Refere-se à provisão para fazer frente às demandas judiciais interpostas por ex-empregados da Entidade, cujos valores estão integralmente suportados por depósitos judiciais (Nota Explicativa nº 8).

**ii. Tributárias:**

Em 07/dez./2010, a Receita Federal do Brasil lavrou o Auto de Infração nº 37.304.644-8 em desfavor da SIM, exigindo-lhe valores pretensamente devidos a título de contribuição previdenciária incidente sobre os valores pagos às cooperativas de trabalho pelos serviços médicos e odontológicos prestados, no período compreendido entre janeiro de 2005 a dezembro de 2007, conforme descrito abaixo:

<b>Nº Processo</b>	<b>Descrição</b>	<b>Valor</b>
373046448	Débito de Contribuição Previdenciária incidente sobre remuneração paga em virtude da prestação de serviços através de cooperativa de trabalho	16.817.517
373046456	Multa em virtude da declaração em GFIP com dados não correspondentes aos fatos geradores das contribuições previdenciárias	32.215
373046464	Multa em virtude do descumprimento da obrigação de exibir os livros diário auxiliar e razão auxiliar	14.318
	<b>Total</b>	<b>16.864.050</b>

A SIM apresentou sua defesa amparando-se, principalmente, nos seguintes argumentos: (i) parte da autuação (quase todo o ano-calendário de 2005) encontra-se decaída, isto é, não poderia ser exigida pela Receita Federal do Brasil uma vez que transcorridos mais de cinco anos desde a ocorrência do fato gerador; (ii) a exigência desta contribuição é inconstitucional, matéria esta que, inclusive, está pendente de julgamento pelo Supremo Tribunal Federal com parecer favorável aos contribuintes emitido pela Procuradoria Geral da República; (iii) a impossibilidade da exigência da contribuição previdenciária em face da SIM, tendo em vista que este atua somente como intermediador dos planos de saúde disponibilizados aos seus associados pelas cooperativas de trabalho médico e odontológico, não sendo a efetiva tomadora dos serviços prestados; e por fim (iv) a inexigibilidade da contribuição previdenciária sobre os atos prestados por pessoas jurídicas através das cooperativas de trabalho, bem como sobre os atos não cooperativos, os quais são prestados por profissionais não cooperados e sobre cuja remuneração, portanto, não poderia incidir a contribuição em referência.

Além da defesa administrativa referente ao período de 2005 a 2007, a Caixa de Assistência dos Empregados dos Sistemas Besc e Codesc, do Badesc e da Fusc – SIM,

ajuizou no mês de março de 2011, uma ação judicial para discutir a incidência da contribuição previdenciária sobre os atos prestados por cooperados pessoas físicas do período de 2008 em diante. A partir da competência de fevereiro de 2011, os recolhimentos das contribuições previdenciárias são efetuados através de depósitos judiciais.

Diante do exposto acima, efetuamos o registro da provisão no montante de R\$ 6.692.396, composto pelo período autuado de dezembro de 2005 a dezembro de 2007 e os valores supostamente devidos de janeiro de 2008 a dezembro de 2010, acrescidos de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC e multa limitada a 20%, conforme Lei nº 9.430/96, conforme demonstrado:

<b>Período</b>	<b>Descrição</b>	<b>Valor</b>
Dez/2005 a dez/2007	Débito de Contribuição Previdenciária incidente sobre remuneração paga em virtude da prestação de serviços através de cooperativa de trabalho, incluído multa e correção monetária calculados conforme Lei nº 9.430/96	2.711.998
Jan/2008 a dez/2010	Débito de Contribuição Previdenciária incidente sobre remuneração paga em virtude da prestação de serviços através de cooperativa de trabalho, incluído multa e correção monetária calculados conforme Lei nº 9.430/96	3.980.398
	<b>Total</b>	<b>6.692.396</b>

O valor provisionado respeita tão somente o princípio básico da prudência, visto que pelo parecer de JCM&B - Junqueira de Carvalho, Murgel e Brito Advogados Associados, escritório de advocacia que conduz a demanda, a perspectiva de perda varia entre remota e possível, conforme a matéria.

Não incluímos os meses de janeiro a novembro de 2005, no montante de R\$ 1.510.787, pois consideramos o período como decaído.

O valor registrado está acrescido de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC até a data do encerramento do exercício.

Em 06/mar./2012 a Delegacia da Receita Federal do Brasil em Florianópolis – SC, julgou parcialmente procedente a impugnação, para reconhecer a decadência das contribuições lançadas nas competências de janeiro/2005 a novembro/2005 e alterar a base de cálculo da competência de julho/2006 para R\$ 1.865.103, exonerando do crédito lançado o montante de R\$ 5.419.528, fixando como devido o valor de R\$ 11.397.989,. Também julgou parcialmente procedente a impugnação, para rever a multa aplicada e afastar a exigência de R\$ 8.818, mantendo a multa de R\$ 23.397,. Quanto à exigência de multa decorrente do descumprimento da obrigação de exigir os Livros Diário Auxiliar e Razão Auxiliar do período compreendido entre janeiro 2005 a dezembro de 2007 negou provimento à impugnação, mantendo integralmente a exigência.

A SIM promoverá a interposição do Recurso Voluntário que será interposto em face da decisão proferida.

A ação judicial ajuizada em mar./2011 para discutir a incidência da contribuição previdenciária sobre os pagamentos repassados aos profissionais cooperados a partir de janeiro de 2008, encontra-se atualmente aguardando o julgamento do Recurso de Apela-

ção interposta pela SIM na 2ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª região, Ação Declaratória nº 5001567-77.2011.4.04.7200.

### iii. Outras Provisões:

Representam ações judiciais cíveis propostas por associados da SIM em decorrência da utilização do plano de saúde.

### NOTA 14 - OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE

Este grupo de contas contempla, principalmente, os valores pagos à Unimed e Uniodonto a título de taxa de manutenção dos planos de saúde e odontológico no valor de R\$ 2.221.509 (R\$ 2.081.639, em 2010) e de R\$ 23.883 (R\$ 15.645, em 2010), respectivamente.

### NOTA 15 - PATRIMÔNIO SOCIAL (PASSIVO A DESCOBERTO)

Representa os resultados acumulados (Superávit/Déficit) apurados nos exercícios sociais, desde o início das operações da entidade. Em função do provisionamento da contribuição previdenciária incidente sobre os valores pagos à cooperativas de trabalho pelos serviços médicos e odontológicos prestados (Nota Explicativa nº 13), apresenta valor negativo. Porém, para efeito de cálculo de Patrimônio Mínimo Ajustado e de Margem de Solvência, exigido pela ANS, o valor provisionado é desconsiderado, em função da demanda apresentar-se indefinida, conforme demonstrado abaixo:

<b>Descrição</b>	
Patrimônio Social	(5.228.905)
(-) Ativo Intangível	(32.289)
(+)Provisão para Contingência Tributária	8.580.060
<b>Patrimônio Social ajustado</b>	<b>3.318.866</b>

### NOTA 16 - CONCILIAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS

Em atendimento às normas contábeis apresentamos a conciliação do fluxo de caixa das atividades operacionais, apurada pelo método indireto.

Descrição	31/12/2011	31/12/2010
Resultado do Período	(3.109.887)	(8.126.212)
Ajustes para conciliação do resultado do período com a geração/utilização de caixa das atividades operacionais:		
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	608.378	1.102.693
Provisões para Perdas sobre Créditos	895.499	1.320.241
Provisão para Contingências	1.901.657	6.659.263
Depreciações e Amortizações	10.691	12.659
Ganhos e/ou Perdas na Venda de Imobilizado/Investimentos	-	-
Resultado do Período Ajustado	306.338	968.644
(Aumento) Diminuição em Ativos Operacionais	(626.525)	(1.262.705)
Aplicações	1.867.421	(428.109)
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	(1.113.957)	(974.443)
Créditos de Oper. Assist. Saúde Não Relac. Com Planos de Saúde da Operadora	(160.126)	9.584
Títulos e Créditos a Receber (14.709)	14.709	97.781
Outros Valores e Bens	(1.234.572)	32.482
Aumento (Diminuição) em Passivos Operacionais	222.913	244.095
Provisões Técnicas (CP e LP)	-	-
Déb. Oper. Assist. Saúde	(6.666)	41.975
Déb. Oper. Assist. Saúde Não Rel. c/Plano de Saúde da Operadora	112.122	18.920
Tributos e Contribuições a Recolher	177.961	(5.300)
Débitos Diversos	(60.504)	188.500
Caixa Líquido das Atividades Operacionais	(97.274)	(49.966)

## NOTA 17 - MUDANÇA DE ESTIMATIVA CONTÁBIL

Em 24/out./11 a ANS publicou a RN nº 274 que altera a RN nº 209/09, que dentre outras alterações, modificou a fórmula de cálculo da Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados – PEONA para pequenas e médias operadoras. Desta forma foi contabilizado o valor de R\$ 259.307, como reversão da citada provisão.

Vânio Boing  
Diretor Superintendente  
CPF Nº 433.085.709-04

Marcos Anderson Treitinger  
Diretor Financeiro  
CPF Nº 003.632.389-64

Bruno José Bleil  
Diretor Administrativo e Assistencial  
CPF Nº 426.033.079-91

Lilian Cristiane Hochsteiner  
Contadora CRC/SC - 015.826/O-4  
CPF Nº 538.207.979-04

Rodarte Nogueira - Consultoria em  
Estatística e Atuária  
CIBA 70

# 6. Relatório de Auditoria Nº 012/2012

## (Relatório Circunstanciado sobre o exame das Demonstrações Contábeis do Exercício findo em 31/12/2011)

Caixa de Assistência dos Empregados dos Sistemas Besc e Codesc, do Badesc e da Fusesc - SIM  
CNPJ 79.831.608/0001-18 / ANS nº 356476

### I - CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

No contexto desse Relatório, relacionamos alguns pontos de atenção, orientações e recomendações de suma importância, abordando a extensão de nossos trabalhos que entendemos convenientes destacar para conhecimento e informação da Diretoria, Conselheiros e Associados, visando as providências cabíveis.

### II - ASPECTOS CONTÁBEIS E FISCAIS

#### 1. CAIXA

A entidade não apresenta saldo em caixa no balancete analítico e no balanço encerrado em 31.12.2011, apresentando saldo disponível apenas em conta corrente bancária.

#### 2. BANCOS CONTA DEPÓSITOS

O saldo contábil dessa rubrica era de R\$ 3.127,37 em 31.12.2011, o qual estava devidamente suportado por extrato Banco do Brasil c/c 802444-8. Examinamos referido extrato, confrontando com o Balanço Patrimonial, concluindo pela sua regularidade.

#### 3. APLICAÇÕES VINCULADAS AS PROVISÕES TÉCNICAS

A entidade possui aplicações financeiras em renda fixa no montante de R\$ 2.679.678,28, junto ao Banco do Brasil S/A. A referida aplicação está vinculada junto à Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS como ativo garantidor, para cobertura das provisões técnicas.

Confrontamos o saldo supracitado apresentado no Balanço, com o extrato de aplicação financeira, concluindo pela regularidade dos saldos na data de 31.12.2011.

Provisão de PEONA a ser coberta por aplicações financeiras	R\$ 1.605.797,33
Provisão para Remissão – Curto e Longo Prazo	R\$ 604.111,43
Provisão de Eventos a Liquidar – Ressarcimentos ao SUS (acima 60 dias)	R\$ 245.351,08
Total das Provisões	R\$ 2.455.259,84
Total de Aplicações Vinculadas as Provisões Técnicas	R\$ 2.679.678,28

Em 31.12.2011, a entidade apresenta uma suficiência de ativos garantidores no montante de R\$ 224.418,44.

#### 4. APLICAÇÕES NÃO VINCULADAS AS PROVISÕES TÉCNICAS

A entidade possui também aplicações financeiras em renda fixa livres, no montante de R\$ 5.097.023,98, junto ao Banco do Brasil S/A. Confrontamos o saldo supracitado apresentado no Balanço, com os extratos de aplicações financeiras, concluindo pela regularidade dos saldos na data de 31.12.2011.

#### 5. CRÉDITOS DE OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE

Composto por valores a receber das entidades patrocinadoras, relativos a contraprestações pelos procedimentos realizados aos associados e por outros créditos (financiamentos a saúde).

<b>Descrição</b>	<b>31.12.2011</b>	<b>31.12.2010</b>
Faturas a Receber - Assistência Médica	3.668.038,37	2.696.922,94
Faturas a Receber - Assistência Odontológica	236.910,98	184.361,95
Participação dos Beneficiários - Assistência Médica	822.969,72	740.359,58
Participação dos Beneficiários - Assistência Odontológica	64.879,22	66.842,54
Taxa de Administração Benefícios a Receber - Assist. Méd.	0,00	8.237,45
( - ) Provisão Para Perdas Sobre Créditos - Assist. Médica	(2.798.725,88)	(1.968.626,63)
( - ) Provisão Para Perdas Sobre Créditos - Assist. Odont.	(193.853,70)	(146.336,74)
<b>TOTAL</b>	<b>1.800.218,71</b>	<b>1.581.761,09</b>

Examinamos os relatórios analíticos de composição dos saldos apresentados em 31.12.2011, inclusive os relativos da Provisão para Perdas sobre Créditos, cujo montante dessa provisão, além de atender os critérios estabelecidos pela ANS, é julgado pela administração, suficiente para cobrir eventuais perdas. A PPSC é formada por contribuições mensais referentes ao reajuste de preço ocorrido em 2008, não aceito pelo Banco do Brasil.

Concluimos pela regularidade dos saldos, entretanto, ressaltamos que, conforme normas da ANS, a movimentação dessas rubricas, deverá estar suportada pelos seguintes controles gerenciais:

- Registros de Contratos e Contraprestações Emitidas, Recebidas e Canceladas;

Conforme já mencionamos em nossos trabalhos de Procedimentos Previamente Acordados - PPA do exercício de 2011, mais especificamente ao contido no item 2.1 do anexo II – 2º. Trimestre/2011, a operadora possui controles gerenciais em seu sistema operacional, cujas informações podem ser listadas analiticamente, por empresa, por beneficiários, bem como por outros tipos de “filtragem”, para comprovação de suas operações.

A composição dos registros e saldos apresentados na contabilidade pode ser obtida através de um conjunto de relatórios, cujos valores identificados, conferem com os registros contábeis. Porém, necessita filtrar e gerar à partir de sua base de dados, relatórios segregados ou unificado, os quais devem reunir e conter as informações mínimas requeridas pela ANS (títulos específicos, mês de competência, datas de emissão, número da fatura/contrato, beneficiários/contratantes, valor individualizado das contraprestações, período

de cobertura, vencimento, valores recebidos, cancelamentos, totais do mês, saldos a receber, idade de saldos e outras informações que julgar necessárias).

Encaminhamos à entidade, modelos de controles gerenciais, para os quais recomendamos adequação no sistema operacional utilizado, com o objetivo de atender de forma integral aos controles gerenciais exigidos pela ANS.

### 5.1. Pró-rata

À partir de 01/01/2010, conforme normas da ANS:

- As Contraprestações Efetivas devem ser apropriadas à receita considerando-se o período de cobertura do risco, pro rata dia, quando se tratarem de contratos com preços pré-estabelecidos. Nos contratos com preços pós-estabelecidos, a apropriação da receita deve ser registrada na data em que se fizerem presentes os fatos geradores da receita, de acordo com as disposições contratuais, ou seja, a data em que ocorrer o efetivo direito ao valor a ser faturado;

- O Faturamento Antecipado caracteriza-se pela emissão por parte da Operadora de faturas ou carnês de mensalidades, em antecipação ao período de cobertura do risco, devendo ser registrado, em todas as situações, na conta redutora de Contraprestações a Receber denominada Faturamento Antecipado, no Ativo Circulante, e, no início do período de cobertura do risco deve ser apropriado como receita ao resultado do período, pelo critério pro rata dia, em atenção ao princípio da competência;

Também, conforme já relatado em nossos trabalhos de PPA, e com base em informações da administração, a OPS não emite contraprestação/prêmio antes do período de cobertura.

## 6. CRÉDITOS OPERAÇÕES ASSISTÊNCIA À SAÚDE NÃO RELACIONADOS COM PLANOS DE SAÚDE

O saldo dessa rubrica estava representado por valores a receber relativos a prestação de serviços médico-hospitalar que montam em R\$ 453.046,12 em 31.12.2011, líquido de Provisão para Perdas Sobre Créditos.

Verificamos que o saldo estava devidamente suportado por relatório analítico demonstrando sua composição na data de 31.12.2011.

## 7. TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER

O saldo dessa rubrica estava representado da seguinte forma:

Descrição	31.12.2011	31.12.2010
Imposto de Renda a Compensar / Restituir	12.984,36	12.984,36
Adiantamentos a Funcionários	12.875,00	0,00
Outros Créditos a Receber	78.787,53	109.598,49
( - ) Provisão Para Perdas Sobre Créditos	(6.967,04)	(10.193,95)
<b>TOTAL</b>	<b>97.679,85</b>	<b>112.388,90</b>

O saldo de Imposto de Renda a Restituir é remanescente de exercícios anteriores e refere-se a imposto de renda a recuperar do Fumpresc Administradora de Planos de Previdência, incorporado ao SIM por ocasião do encerramento da empresa em dezembro/2003. Foi pleiteada junto a Secretaria da Receita Federal a restituição do referido valor. A SIM era detentora de 99% do Fumpresc.

Os demais créditos estão devidamente suportados por documentos e controles analíticos correspondentes, nada tendo a objetar.

## 8. VALORES E BENS – LONGO PRAZO

Representado por depósitos judiciais demonstrados da seguinte forma:

Descrição	31.12.2011	31.12.2010
Depósitos Judiciais – Fiscais e Tributos	1.220.278,14	-
Depósitos Judiciais - Trabalhistas	165.599,50	151.306,13
<b>Totais</b>	<b>1.385.877,64</b>	<b>151.306,13</b>

Constatamos que os depósitos judiciais estão sendo devidamente controlados e atualizados com base no índice de poupança.

Em 31.12.2011, os depósitos judiciais trabalhistas correspondem com as contingências trabalhistas registradas no Passivo da entidade. No que tange aos depósitos judiciais fiscais, referem-se a contribuições previdenciárias incidentes sobre serviços prestados por cooperativas, depositados em juízo à partir da competência fevereiro/2011, cuja incidência vem sendo questionada judicialmente pela entidade, a qual através de sua assessoria jurídica entende não ser devida.

## 9. IMOBILIZADO

O Imobilizado está representado por bens registrados pelos seus custos originais de aquisição, corrigidos monetariamente até 31.12.1995, quando aplicável, e ajustados por depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, com base em taxas que a administração avalia estar de acordo com o prazo de vida útil e econômica dos bens.

Conforme Nota Explicativa n. 09, a entidade identificou que seus bens estão contabilizados por valor inferior àquele passível de ser recuperado por uso ou venda, não necessitando de ajustes a o valor recuperável neste exercício.

BENS	31.12.2011			31.12.2010
	CUSTO	DEPRECIÇÃO AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	VALOR RESIDUAL	VALOR RESIDUAL
Instalações – N. Hosp. / N. Odont.	1.145,40	1.145,40	0,00	0,00
Máquinas e Equipamentos – N. Hosp.	21.298,88	13.722,32	7.576,56	288,34
Equipamentos Processamento de Dados – Não Hospitalares	39.444,70	18.162,19	21.282,51	4.254,78
Móveis e Utensílios	48.270,07	21.738,08	26.531,99	4.652,95
Outras Imobilizações – Não Hosp.	3.630,00	0,00	3.630,00	8.125,98
<b>TOTAL</b>	<b>113.789,05</b>	<b>54.767,99</b>	<b>59.021,06</b>	<b>17.322,05</b>

Examinamos controle analítico do imobilizado, apresentado pela entidade, verificando que em 2011 houve diversas baixas de bens, todavia os saldos conferem com o balancete analítico de 31.12.2011.

### 9.1. Avaliação do valor recuperável dos ativos

Embora o imobilizado da entidade seja de valor pouco expressivo, ressaltamos que referido teste de recuperabilidade, bem como a revisão da vida útil com definição de novas taxas de depreciação, estes procedimentos devem ser revisados e ajustados no mínimo por ocasião do encerramento de cada exercício, evidenciando tal fato através de demonstrativo/laudo técnico, o qual pode ser elaborado internamente, não necessitando de contratação de terceiros, peritos ou empresas especializadas para a realização desse trabalho. (CPC 01 – NBCT-19.10 – Resolução CFC 1.292/10 - CPC 27 – ICPC 10 – NBC T 19.1 – Resolução CFC 1.177/09).

## 10. INTANGÍVEL

Os bens do intangível representado por Sistemas de Computação no montante de R\$ 32.289,24 em 31.12.2011 (R\$ 16.322,99 em 31.12.2010), estão registrados pelo custo de aquisição e ajustados por encargos de amortização com base em taxas usuais permitidas pela legislação do imposto de renda.

Descrição	31.12.2011	31.12.2010
Sistemas de Computação	82.166,18	58.523,06
(-) Amortização Acumulada	(49.876,94)	(42.200,07)
<b>Totais</b>	<b>32.289,24</b>	<b>16.322,99</b>

Verificamos que o Intangível está devidamente suportado por relatório analítico, o qual demonstra seu custo de aquisição e amortização, de acordo com os critérios de vida útil definidos pela entidade.

## 11. PROVISÕES TÉCNICAS – CURTO PRAZO E LONGO PRAZO

A operadora constituiu as provisões Técnicas, as quais está obrigada, conforme estabelecido pela RN 209/2009 da ANS, cujo montante de R\$ 5.418.593,78 em 31.12.2011, estava composto da seguinte forma:

Descrição	31.12.2011	31.12.2010
<b>Curto Prazo</b>	<b>4.934.763,84</b>	<b>4.401.103,51</b>
Provisão para Remissão	120.281,49	133.787,82
Provisão de Eventos a Liquidar – Rede Contratada	2.924.216,18	2.698.990,82
Provisão de Eventos a Liquidar – SUS	284.468,84	217.409,64
Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados - PEONA	1.605.797,33	1.333.845,28
<b>Longo Prazo</b>	<b>483.829,94</b>	<b>409.112,65</b>
Provisão para Remissão	483.829,94	334.120,34
Provisão de Eventos a Liquidar – SUS	-	74.992,31
<b>TOTAL</b>	<b>5.418.593,78</b>	<b>4.810.216,16</b>

### 11.1. Provisão de Remissão – Circulante e Não Circulante

A entidade possui constituída em seu passivo, Provisão para Remissão cujo saldo dessa rubrica era de R\$ 604.111,43 em 31.12.2011, sendo R\$ 120.281,49 no Passivo Circulante e R\$ 483.829,94 no Passivo Não Circulante.

Verificamos que esta provisão está suportada por memória de cálculo, elaborada pelo atuário responsável técnico da operadora, cuja provisão é calculada e atualizada mensalmente.

### 11.2. Provisão de Eventos a Liquidar

Conforme já mencionamos nesse relatório, nesse exercício realizamos trabalhos de Procedimentos Previamente Acordados – PPA. O Anexo I do PPA relativos aos 1º, 2º, e 3º Trimestres, tratam exclusivamente da Provisão de Eventos a Liquidar – PEL.

Nesse trabalho, procedemos com exames de relatórios, controles gerenciais (registros auxiliares), conciliações contábeis e composições de saldos, referentes aos trimestres supracitados, disponibilizados pela operadora, para fins de comprovação das operações registradas na contabilidade, visando responder questões do ANEXO I, relativas a:

- a) Despesas com Eventos Conhecidos ou Avisados;
- b) Eventos Ressarcidos ou Recuperados;
- c) Provisão de Eventos a Liquidar

Confrontamos referidos relatórios com as contas contábeis correspondentes apresentadas nos balancetes encerrados ao final de cada trimestre.

Comparamos referidos relatórios, conciliações contábeis, composições de saldos e controles gerenciais apresentados, confrontando valores provisionados no período e devidos (a liquidar) com os respectivos balancetes, verificando também se foi utilizado ou não o Plano de Contas Padrão da ANS.

Identificamos e selecionamos faturas, notas fiscais e comprovantes de pagamentos correspondentes aos eventos provisionados. Inspecionamos referidos documentos, confrontando com os registros contábeis e saldos em aberto no balancete, procedendo com verificação de eventos subseqüentes (pagamentos, glosas, ajustes, baixas, etc.).

Com o objetivo de responder adequadamente e exclusivamente as questões contidas no ANEXO I, outros documentos e procedimentos relacionados às operações e registros contábeis da PROVISÃO DE EVENTOS A LIQUIDAR – DIOPS, também foram por nós examinados e aplicados durante a execução dos trabalhos.

O ANEXO I, disponibilizado à operadora, contém as respostas, recomendações e outras observações que foram por nós constatadas e evidenciadas.

Conforme normas da ANS, os registros contábeis relativos aos Eventos, também devem estar suportados por controles gerenciais, conforme exigidos pela ANS:

- Registros de Eventos e sua movimentação financeira e;
- Registros de Eventos Ressarcidos ou Recuperados.
- Registro Auxiliar de Eventos a Liquidar;

Nesses trabalhos de PPA - PEL, verificamos que a operadora possui relatório auxiliar de conciliação e composição da Provisão de Eventos a Liquidar, cujos valores identificados, conferem com os registros contábeis. Porém, o relatório analítico contendo outras informações mínimas requeridas pela ANS (título específico do relatório, data-base, datas de Aviso dos eventos, beneficiários, prestadores/credenciados, valores de glosas, procedimentos, movimentação financeira, saldo a pagar, idade de saldos e outras informações que julgar necessárias), encontra-se em fase de adequação e aprimoramento.

Encaminhamos à entidade, modelos de controles gerenciais, para os quais recomendamos adequação no sistema operacional utilizado.

### 11.2.1. Provisão de Eventos a Liquidar – SUS

A operadora possui cobranças da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, relativas a ressarcimentos ao SUS – Sistema Único de Saúde, cujos valores foram gerados por realização de atendimentos médicos na rede pública aos usuários do plano, conforme art. 32 da Lei 9.656/98.

Verificamos que a operadora vem analisando cada uma dessas cobranças, provisionando, discutindo, contestando alguns processos e pagando normalmente aquilo que é devido. Em 31.12.2011 o saldo dessa rubrica era de R\$ 284.468,84, conforme demonstrado a seguir:

Descrição	31.12.2011	31.12.2010
Ressarcimentos ao SUS – Curto Prazo	284.468,84	217.409,64
Ressarcimentos ao SUS – Longo Prazo	-	74.992,31
<b>TOTAL</b>	<b>284.468,84</b>	<b>292.401,95</b>

### 11.3. Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados – Peona

A operadora constituiu a Provisão de PEONA, com base na soma dos Eventos Indenizáveis dos últimos 12 meses, aplicando sobre este montante o percentual de 10% e provisionando na proporção de 48/72 avos em 31.12.2011, conforme previsto na RN 209/2009 e alterações introduzidas pela RN 274/2011 da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

## 12. DÉBITOS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

Essa rubrica apresenta um saldo de R\$ 35.308,78 em 31.12.2011 (R\$ 41.975,28 em 31.12.2010), referente valores de glosas efetuadas em faturas da Unimed a ser repassados aos associados pela co participação cobrada indevidamente.

Examinamos planilha analítica e documentos correspondentes apresentados pela operadora, concluindo pela regularidade do saldo.

## 13. DÉBITOS DE OPERAÇÕES NÃO RELACIONADOS COM PLANOS DE SAÚDE

Essa rubrica apresenta um saldo de R\$ 1.344.126,15 em 31.12.2011 (R\$ 1.232.004,39 em 31.12.2010), referente serviços efetuados por terceiros não relacionados ao plano de saúde da operadora. Examinamos planilha analítica e documentos correspondentes apresentados pela operadora, concluindo pela regularidade do saldo.

#### 14. TRIBUTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER

O saldo dessa rubrica monta em R\$ 206.316,59 em 31.12.2011 (R\$ 28.355,53 em 31.12.2010) e se referia aos seguintes tributos e encargos sociais:

Descrição	31.12.2011	31.12.2010
INSS a Recolher	148.811,94	12.217,38
FGTS a Recolher	6.896,58	-
IRRF Retido de Funcionários	6.217,34	-
IRRF Retido de Terceiros	12.539,54	11.853,47
ISS Retido de Terceiros	83,35	-
CSLL/COFINS/PIS Retidos de Terceiros	4.601,26	3.734,73
INSS Retido de Terceiros	2.910,02	549,95
Outras Retenções	24.256,56	-
<b>TOTAL</b>	<b>206.316,59</b>	<b>28.355,53</b>

A operadora vem provisionando todas as obrigações mensais, bem como, cumprindo com as suas obrigações dentro dos prazos legais. Para maior segurança da administração, recomendamos obter, periodicamente, certidão de débitos junto a Receita Federal e Prefeitura Municipal de modo a resguardar a posição real dos registros contábeis.

Examinamos planilha analítica apresentada pela operadora, provisões e pagamentos subsequentes, concluindo pela regularidade dos saldos apresentados na data do balanço.

#### 15. DÉBITOS DIVERSOS

##### 15.1. Obrigações com Pessoal

A folha de pagamento é paga dentro do próprio mês de competência e provisão.

##### 15.2. Provisões Trabalhistas - Férias

Constituído por Provisão Trabalhista de Férias e seus encargos sociais correspondentes, no montante de R\$ 129.716,98, calculada com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do Balanço.

Examinamos planilhas com memória de cálculo das provisões trabalhistas, e concluímos pela regularidade dos saldos na data de 31.12.2011.

##### 15.3. Fornecedores

O montante de R\$ 9.895,27 em 31.12.2011, refere-se a Fornecedores de Serviços.

Examinamos planilha analítica apresentada pela operadora, verificando provisões e pagamentos subsequentes, concluindo pela regularidade do saldo em 31.12.2011.

#### 16. PROGRAMAS ASSISTENCIAIS E CULTURAIS AOS PARTICIPANTES

O montante de R\$ 899.328,26 em 31.12.2011 (R\$ 776.890,96 em 31.12.2010) estava constituído da seguinte forma:

Descrição	31.12.2011	31.12.2010
Fundo de Assist. Prevent. à Saúde – Cabesc	250.604,86	249.807,53
Fundo para Assistência à Saúde – Cabesc	648.723,40	527.083,43
<b>TOTAL</b>	<b>899.328,26</b>	<b>776.890,96</b>

Os recursos dos Fundos Assistenciais são provenientes de fontes externas e se destinam, exclusivamente, para fazer frente às finalidades pelas quais foram constituídos. A operadora apresentou planilha para comprovação da composição dos saldos. Visando atender ao estabelecido no Estatuto Social da entidade, recomendamos avaliar sobre a classificação mais adequada para estes fundos (Passivo Circulante x Patrimônio Líquido),

## 17. OUTROS DÉBITOS A PAGAR

Esta rubrica estava composta da seguinte forma em 31.12.2011:

Descrição	31.12.2011	31.12.2010
FUSESC	12.965,39	327.135,93
Outros	996,61	2.396,56
<b>TOTAL</b>	<b>13.962,00</b>	<b>329.532,49</b>

Os valores devidos à FUSESC decorrem de aluguel e IPTU a pagar.

Verificamos planilhas de composição do saldo, apresentada pela operadora, concluindo pela sua regularidade.

## 18. PROVISÕES - LONGO PRAZO

Esta rubrica estava composta por Provisões de Contingências demonstradas da seguinte forma:

Descrição	31.12.2011	31.12.2010
Provisão para Contingências Tributárias	8.580.060,29	6.692.396,32
Provisão para Contingências Cíveis	33.960,00	34.260,00
Provisão para Contingências Trabalhistas	165.599,50	151.306,13
<b>TOTAL</b>	<b>8.779.619,79</b>	<b>6.877.962,45</b>

A entidade possui sob discussão judicial processos de contingências cíveis, tributárias e trabalhistas, provisionadas com base em posição fornecida por seus advogados, atualizada até a data do Balanço.

### 18.1. Contingências Trabalhistas

Conforme descrito no item 8 desse relatório, as contingências trabalhistas estão devidamente suportadas por depósitos judiciais.

### 18.2. Contingências Tributárias

Conforme Nota Explicativa n. 13, em 07/dez./2010, a Receita Federal do Brasil lavrou o Auto de Infração nº 37.304.644-8 em desfavor do SIM, exigindo-lhe valores pretensamente devidos a título de contribuição previdenciária incidente sobre os valores pagos às cooperativas de trabalho pelos serviços médicos e odontológicos prestados, no período compreendido entre janeiro de 2005 a dezembro de 2007, conforme descrito abaixo:

Nº Processo	Descrição	Valor
373046448	Débito de Contribuição Previdenciária incidente sobre remuneração paga em virtude da prestação de serviços através de cooperativa de trabalho	16.817.517
373046456	Multa em virtude da declaração em GFIP com dados não correspondentes aos fatos geradores das contribuições previdenciárias	32.215
373046464	Multa em virtude do descumprimento da obrigação de exibir os livros diário auxiliar e razão auxiliar	14.318
	<b>Total</b>	<b>16.864.050</b>

A entidade, através de sua assessoria jurídica, a qual entende que tal incidência e contribuição não é devida, apresentou sua defesa sob diversos argumentos.

Além da defesa administrativa referente ao período de 2005 a 2007, a Caixa de Assistência dos Empregados dos Sistemas Besc e Codesc, do Badesc e da Fusc – SIM, ajuizou no mês de março de 2011, uma ação judicial para discutir a incidência da contribuição previdenciária sobre os atos prestados por cooperados pessoas físicas do período de 2008 em diante. A partir da competência de fevereiro de 2011, os recolhimentos das contribuições previdenciárias são efetuados através de depósitos judiciais.

Contudo, a entidade efetuou o registro da provisão no montante de R\$ 6.692.396, composto pelo período autuado de dezembro de 2005 a dezembro de 2007 e os valores devidos de janeiro de 2008 a dezembro de 2010, acrescidos de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC e multa limitada a 20%, conforme Lei nº 9.430/96, conforme demonstrado:

Período	Descrição	Valor
Dez/2005 a dez/2007	Débito de Contribuição Previdenciária incidente sobre remuneração paga em virtude da prestação de serviços através de cooperativa de trabalho, incluído multa e correção monetária calculados conforme Lei nº 9.430/96	2.711.998
Jan/2008 a dez/2010	Débito de Contribuição Previdenciária incidente sobre remuneração paga em virtude da prestação de serviços através de cooperativa de trabalho, incluído multa e correção monetária calculados conforme Lei nº 9.430/96	3.980.398
	<b>Total</b>	<b>6.692.396</b>

O montante apresentado no Balanço Patrimonial está devidamente atualizado, sendo acrescido de juros à taxa SELIC. Segundo a assessoria jurídica da entidade, a qual conduz a demanda, a perspectiva de perda varia entre remota e possível.

A entidade não incluiu o período de janeiro a novembro de 2005, no montante de R\$ 1.510.786,55, por considerar tal período como decaído, cujo assunto está sendo discutido no processo judicial.

Em 06/mar./2012 a Delegacia da Receita Federal do Brasil em Florianópolis – SC, julgou parcialmente procedente a impugnação, para reconhecer a decadência das contribuições lançadas nas competências de janeiro/2005 a novembro/2005 e alterar a base de cálculo da competência de julho/2006 para R\$ 1.865.103, exonerando do crédito lançado o montante de R\$ 5.419.528, fixando como devido o valor de R\$ 11.397.989,. Também julgou parcialmente procedente a impugnação, para rever a multa aplicada e afastar a exigência de R\$ 8.818, mantendo a multa de R\$ 23.397,. Quanto à exigência de multa decor-

rente do descumprimento da obrigação de exigir os Livros Diário Auxiliar e Razão Auxiliar do período compreendido entre janeiro 2005 a dezembro de 2007 negou provimento à impugnação, mantendo integralmente a exigência.

A SIM promoverá a interposição do Recurso Voluntário que será interposto em face da decisão proferida.

A ação judicial ajuizada em mar./2011 para discutir a incidência da contribuição previdenciária sobre os pagamentos repassados aos profissionais cooperados a partir de janeiro de 2008, encontra-se atualmente aguardando o julgamento do Recurso de Apelação interposta pela SIM na 2ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª região, Ação Declaratória nº 5001567-77.2011.4.04.7200.

### 18.3. Outras Contingências

Representadas por ações judiciais cíveis propostas por associados do SIM em decorrência da utilização do plano de saúde, estando devidamente suportada por planilha analítica de controle fornecida por sua assessoria jurídica.

## 19. RESULTADO DO EXERCÍCIO

Em 2011 a entidade apurou déficit na ordem de (R\$ 3.109.887,40), (déficit (R\$ 8.126.211,62) em 2010).

## 20. PATRIMÔNIO SOCIAL (PASSIVO A DESCOBERTO)

Em 31.12.2011 a entidade apresentava um Passivo a Descoberto de (R\$ 5.228.905,35) (Passivo a Descoberto (R\$ 2.119.017,95) em 31.12.2010).

Conforme Nota Explicativa n. 15, o Passivo a Descoberto ocorre em função do provisionamento da contribuição previdenciária incidente sobre os valores pagos à cooperativas de trabalho pelos serviços médicos e odontológicos prestados (Nota Explicativa nº 13). Porém, para efeito de cálculo de Patrimônio Mínimo Ajustado e de Margem de Solvência, exigido pela ANS, o valor provisionado é desconsiderado, em função da demanda apresentar-se indefinida, conforme demonstrado abaixo:

Descrição	31.12.2011
Patrimônio Social	(5.228.905,35)
(-) Ativo Intangível	(32.289,24)
(+) Provisão p/ Contingência Tributária	8.580.060,29
<b>Totais</b>	<b>3.318.865,70</b>

## III - ASPECTOS LEGAIS/ESPECÍFICOS – OUTRAS RECOMENDAÇÕES

### 1. PLANO DE CONTAS PADRÃO

Para o próximo exercício, recomendamos a operadora, uma revisão minuciosa do seu Plano de Contas, considerando as recentes modificações que passaram a vigorar à partir de 01/01/2012 (RN 290 de 27/02/2012).

## 2. CONTROLES GERENCIAIS

Aproveitamos para ressaltar sobre a obrigatoriedade da operadora em manter a disposição da ANS, controles analíticos que permitam, a qualquer tempo, a comprovação da fidedignidade dos dados registrados em sua escrita contábil. Os controles analíticos deverão manter, no mínimo, informações pertinentes aos seguintes itens:

- Registros de Contratos e Contraprestações Emitidas, Recebidas e Canceladas;
- Registros de Eventos e sua movimentação financeira;
- Registros de Comissões Emitidas, Pagas e Canceladas;
- Registros de Eventos Ressarcidos ou Recuperados.

Os Controles Gerenciais Analíticos poderão ser mantidos pela operadora em Livros Auxiliares ou através de arquivos em meio magnético.

As informações solicitadas pelo órgão fiscalizador serão sempre acompanhadas de documento datado e assinado pelo administrador da operadora e pelo responsável pela contabilidade.

Os controles gerenciais (registros auxiliares) são importantes ferramentas para subsidiar os registros contábeis e para a emissão de relatórios gerenciais que facilitam as tomadas de decisões.

Em nossa ótica, a entidade ainda necessita aprimorar alguns controles gerenciais, de forma que possam subsidiar da melhor forma possível os registros contábeis, possibilitando e resguardando a fidedignidade dos saldos contábeis ao final de cada mês, bem como atender na íntegra às exigências da ANS em relação aos referidos registros.

## 3. SOFTWARE DE GESTÃO OPERACIONAL

Verificamos que a auditada está em processo de aperfeiçoamento de sistema operacional, com o objetivo de aprimorar as informações e a geração de relatórios gerenciais, além de poder atender as informações exigidas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, de forma a proporcionar maior segurança e qualidade no atendimento aos seus usuários.

## IV - CONSIDERAÇÕES FINAIS

A operadora vem procurando atender aos seus objetivos sociais, bem como a Lei nº 9656/98 e demais normas estabelecidas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

Entretanto, é importante destacar sobre a necessidade de aprimoramento constante dos controles gerenciais de modo a servir de ferramenta de trabalho para auxiliar a administração com eficiência e eficácia nas tomadas de decisões, resguardando também a fidedignidade dos registros contábeis.

E diante da constatação de apuração de déficits constantes nos últimos exercícios, causados por reconhecimento de passivos contingentes, conseqüentemente apresentando Passivo a Descoberto no montante considerável de (R\$ 5.228.905,35) em 31.12.2011, é salutar ressaltarmos que esta situação pode ser revertida mediante planejamento estratégico, com adoção de medidas austeras de redução de custos, aumento e criação de

novas receitas e outras fontes de recursos, readequação operacional, aportes financeiros, aliado à melhoria substancial de sua margem operacional, sem o que, num futuro próximo, poderá ficar comprometida a continuidade de suas atividades.

Ressaltamos também nossa preocupação quanto ao cumprimento das garantias exigidas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, principalmente no que diz respeito a necessidade da constituição integral da PEONA e manutenção integral da MARGEM DE SOLVÊNCIA, as quais deverão ser apresentadas integralmente em breve.

Recomendamos que a operadora continue observando e acompanhando as mudanças introduzidas na contabilidade pelas Leis 11.638/2007 e 11.941/2009, bem como os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, normas do Conselho Federal de Contabilidade – CFC e a legislação da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

As recomendações relatadas neste trabalho, além de servirem para aprimorar os controles internos e adequação dos registros contábeis, objetivam também, subsidiar a Administração de medidas que resguardem a gestão no processo operacional da organização, de forma a manter a continuidade dos negócios, bem como alavancar rumo a um crescimento com resultados positivos e sustentáveis.

Diante daquilo que observamos, principalmente quanto a preocupação e perspectivas da administração, além de colocar em prática nossas recomendações, entendemos que maiores mudanças e melhorias devem ser confirmadas à partir do exercício de 2012.

Embasados nos exames, expedimos o “Relatório de Opinião dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis”.

Permanecendo ao inteiro dispor de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos adicionais, subscrevemo-nos com Cordiais Saudações,

CPN Auditores Independentes S/S  
CRC-PR 005478/O-0 “S” SC  
Claudiney Carlos De Oliveira  
Contador CRC-PR-028035/O-5 “S” SC

# 7. Demonstrações Contábeis do Exercício

## **Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis (Exercício findo em 31/12/2011)**

Caixa de Assistência dos Empregados dos Sistemas Besc e Codesc, do Badesc e da Fusesc - SIM  
 CNPJ 79.831.608/0001-18 / ANS nº 356476

Aos

Diretores, Conselheiros e Associados da CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS EMPREGADOS DOS SISTEMAS BESC E CODESC, DO BADESC E DA FUSESC - SIM

Florianópolis - SC

Examinamos as demonstrações contábeis da CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS EMPREGADOS DOS SISTEMAS BESC E CODESC, DO BADESC E DA FUSESC - SIM, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Contábeis**

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### **Responsabilidade dos Auditores Independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apro-

priados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade.

Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## **Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS EMPREGADOS DOS SISTEMAS BESC E CODESC, DO BADESC E DA FUSESC - SIM em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

## **Ênfase**

Conforme descrito na Nota Explicativa n. "11 (iii)", a operadora optou por constituir a Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados - PEONA de forma gradual, conforme faculta a RN 209/2009 e calculada com base nos percentuais previstos na RN 274/2011 da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, cuja RN prevê percentuais menores para cálculo dessa provisão para operadoras com até 100.000 beneficiários.

Conforme Nota Explicativa n. "15", em 31.12.2011 a operadora apresenta Passivo a Descoberto no montante de (R\$ 5.228.905,35), cuja situação pode ser revertida mediante planejamento estratégico, com adoção de medidas austeras de redução de custos, aumento e criação de novas receitas e outras fontes de recursos, readequação operacional, aportes financeiros, aliado à melhoria substancial de sua margem operacional, sem o que, num futuro próximo, poderá ficar comprometida a continuidade de suas atividades.

## **Outros Assuntos - Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior**

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório com ressalva, datado de 18/03/2011.

Curitiba, 8 de março de 2012.

CPN Auditores Independentes S/S  
CRC-PR 005478/O-0 "S" SC  
Claudiney Carlos de Oliveira  
Contador CRC-PR-028035/O-5 "S" SC





Rua Dom Jaime Câmara, 217  
CEP 88.015-120 - Florianópolis - SC  
Central de Atendimento Alô Fuscsc: 0800 48 3000